

Ano 4 - Nº 19
maio 2004
Secção Pernambuco

Jornal da

OAB

PERNAMBUCO

Atuando no 3º Milênio

Impresso
Especial

406500888-2/2002-DR/PE

OAB

CORREIOS



Escola Ruy Antunes



**Aperfeiçoamento
da cultura
e das
Instituições
jurídicas**

CAAPE
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS
ADVOGADOS DE PERNAMBUCO

OAB/PE
ESAPE

Escola Ruy Antunes

Advogada e Advogado,
Se você se encontra em atraso no pagamento de suas
anuidades até o ano de 2003, aproveite para parcelá-lo. A
OAB-PE aprovou um refinanciamento em várias parcelas.
Vá à sede da Ordem e atualize seus débitos.

Construindo um futuro melhor

A cada dia preocupa-nos o teor das manchetes estampadas nos jornais dando conta não só da grave crise financeira que atravessam diversos setores da economia, como também de denúncias de corrupção atingindo vários níveis dos poderes legalmente constituídos.

Espera-se, por óbvio, que a economia volte a crescer, sendo necessário maior desprendimento do Estado para o alívio da carga tributária e o incentivo, principalmente, aos setores empregadores de grande quantidade de mão-de-obra. Espera-se, igualmente, que sejam devidamente apuradas as demais denúncias, para que o germe da corrupção não penetre nas demais camadas do poder e para que aqueles pegos em falta prestem contas à sociedade brasileira. Para tanto, imprescindível se faz também um Judiciário forte, de modo que,

sofrendo menos influência dos governantes, possa dar sua verdadeira contribuição à justiça, inclusive no tocante à celeridade dos feitos. O momento, antes de ser de crítica, é de construção e aperfeiçoamento. E é nesse sentido que se tem buscado entendimento com os vários setores que compõem o Judiciário, como dá exemplo o I Encontro de Direito e Deveres dos Integrantes da Justiça, ocorrido em Afogados da Ingazeira no fim de maio passado, de onde se extraem pontos de comunhão que refletirão em benefício de todos. Outrossim, vários cursos têm sido realizados pela OAB-PE com a participação não só de advogados, mas de magistrados e promotores. Nesses cursos, há uma troca latente de conhecimento e experiência, levando a um melhor aperfeiçoamento do profissional do Direito, que a cada dia mais

vulnerável fica em face da mercantilização dos cursos jurídicos desde as bancas escolares, onde muitas vezes falta consciência da necessidade de uma correta formação do futuro operador do Direito. Nesse toar, tem a Escola de Advocacia Ruy Antunes sido recompensada com a crescente participação do advogado em suas atividades, em virtude da perseverante união de esforços para promoção de palestras, cursos e seminários por todo o Estado, contando sempre com o desprendimento de profissionais do Direito que, despojados de qualquer interesse que não o do bem-servir, deixam de lado seus compromissos profissionais para se dedicar à causa do Direito. A OAB-PE, portanto, acredita que a classe dos advogados saberá fazer a sua parte, contribuindo para a construção do verdadeiro Estado que todos nós vislumbramos.



ROSARINHO

SEU MELHOR INVESTIMENTO

4 SUÍTES
(1 MASTER)
3 VAGAS
DE GARAGEM

PREÇO DE CUSTO

R\$ 176.653,44*

55 parcelas de R\$ 3.211,88
SEM JUROS

50%

VENDIDO



YARA SCHERB
VERÔNICA NUMERIANO

O APARTAMENTO

- Varanda
- Sala Ampla
- Lavabo
- Copa/Cozinha c/ despensa
- Dep. Completa de Empregada
- Área útil 151,30m²
(área privativa real do apto.)

O EDIFÍCIO

- 28 andares
- 2 apto por andar
- 02 elevadores sociais com hall privativo + 01 elevador de serviço
- Garagens no subsolo
- Circuito interno de TV
- Gerador Próprio
- Poço artesiano

LAZER

- Piscina com Solarium/Deck
- Sauna
- Salões de Festa c/copa e WCs
- Salas de Ginástica/jogos

EDIFÍCIO

ALAMEDA
ROSARINHO



PLANTÃO NO LOCAL
Vale neste site: www.projest.com.br

Fechamento do Grupo

3427.6968

9166.1000

CRECI 1744/PE

Jornal da OAB
PERNAMBUCO

Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 Sto. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424.1012
Fax: (81) 3424.1012
Site: www.oabpe.org.br
E-mail: oabpe@oab-pe.com.br

Coordenador-geral: Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho
Produção: Assessoria de Imprensa da OAB/PE
Via Mídia Comunicação e Imprensa
Jornalista responsável: Eliana Victório DRT / MS 167
Textos: Ondine Bezerra, Valéria Victório e Mirela Sá
Revisão: Laércio Lutibergue e Solange Lutibergue (Companhia do Texto)
Fotos: Beto Dantas
Projeto gráfico e diagramação: Sebastião Corrêa
Comercial: Irene Maria do Ó
Impressão: Gráfica e Editora Contexto
Tiragem: 16.500 exemplares

Qual o futuro do ensino jurídico no Brasil?



Da esquerda para a direita: o advogado Artur Stamford, o vice-presidente da Subseccional Caruaru Saulo Amazonas, a diretora da OAB/PE Rosário Vaz, o presidente da OAB/PE Júlio Oliveira, o presidente da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem Gustavo Ferreira Santos, o conselheiro federal Cláudio Ferreira e o presidente do diretório acadêmico da UFPE Izac Menezes

Uma discussão nacional liderada pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Roberto Busato, contra a proliferação de cursos jurídicos de má qualidade no país, trouxe à tona uma questão que muito tem preocupado a entidade: o futuro do ensino jurídico no Brasil.

A autorização desenfreada, pelos órgãos competentes, para a criação de novos cursos, sem levar em conta a necessidade social, ponderando-se apenas a força de poderosas instituições particulares, organizadas sob forma empresarial, é um dos graves problemas que prejudicam o ensino jurídico. O resultado: um crescimento desordenado dos cursos jurídicos, que hoje chegam a 769 no país, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

De acordo com a Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), a OAB deve atuar de forma a colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos e opinar previamente nos pedidos de autorização e reconhecimento desses cursos.

Para cumprir seu papel fiscalizador, a OAB tem à sua disposição, em todas as 27 Seccionais, Comissões de Ensino Jurídico. Estas, a partir de discussões profundas entre todas as CEJs e a Comissão Nacional de Ensino Jurídico, atuarão em conjunto com outras instituições afins e braços da própria OAB, com o escopo de defender a educação jurídica, em cada Estado, levando em consideração suas particularidades.

Em Pernambuco, são 16 instituições ofertando o curso de Direito: duas em Olinda; uma em Jaboatão dos Guararapes; duas em Caruaru; uma em Vitória de Santo Antão, uma em Ipojuca e nove no Recife. Hoje, por ano, são colocados no mercado de trabalho cerca de 1.200 novos profissionais (dado relativo ao número de inscrições para o Exame de Ordem); mas esse número deve aumentar, pois, dos 14 cursos ofertados, apenas cinco estão aptos a formar, porque já têm turmas no último período. O restante ainda não tem tempo suficiente de atividade para a conclusão da formação acadêmica.

Para o conselheiro e professor Gustavo Santos, presidente da Comissão de Ensino Jurídico (CEJ) da OAB-PE, a CEJ pernambucana articulará suas ações com a Escola de Advocacia Ruy Antunes e com a Comissão de Exame de Ordem, participando ativamente da fiscalização dos processos de autorização e reconhecimento de cursos no Estado. Mas a abrangência da comissão vai além: um banco de dados sobre o ensino jurídico em Pernambuco está sendo criado e servirá de base para a elaboração de uma publicação anual que dará à sociedade pernambucana informações sobre os cursos em funcionamento.

"Em um fórum permanente, que terá a participação da Escola Ruy Antunes e dos diretórios acadêmicos, debateremos a qualidade do ensino jurídico e a realidade na qual ele está inserido. Esse mesmo fórum servirá para que os acadêmicos levem à OAB reivindicações do movimento estudantil e propostas de soluções, já que são os principais atores desta questão", afirmou Gustavo.

Izac Menezes, presidente do Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, da UFPE, afirma: "A realidade do ensino jurídico em Pernambuco acaba por refletir o paradigma nacional de um ensino mercantilizado, acríptico e desprovido de uma consciência sólida da necessidade de uma ampla formação do futuro operador do Direito. Verifica-se esse quadro em nosso Estado com a proliferação de inúmeros cursos jurídicos em um lapso de tempo muito curto, na maioria dos casos sem uma rigorosa avaliação do Ministério da Educação na abertura dessas faculdades. Faz-se mais que necessário uma ampla mobilização envolvendo o movimento estudantil e a sociedade civil organizada, além da atuação constante da OAB-PE, que cumpre um papel fundamental no acompanhamento e na fiscalização da qualidade do ensino jurídico pernambucano."

Na entrevista que se segue, Gustavo Santos foi objetivo em suas respostas quanto ao posicionamento da OAB e às ações a serem desenvolvidas na busca da melhoria do ensino jurídico no Brasil.

Jornal da OAB - O Conselho Federal realizou recentemente o I Encontro entre a Comissão de Ensino Jurídico (CEJ) e os presidentes das CEJs das Seccionais para discutir a questão do ensino jurídico no país. Quais os principais pontos abordados?

Gustavo Santos - Foram discutidos: a) o selo OAB recomenda e o seu aperfeiçoamento; b) um seminário de ensino jurídico, a ser realizado em outubro em Belo Horizonte; c) os processos de autorização de cursos, sobre os quais o Conselho Federal da OAB opina para o MEC, ouvindo anteriormente a CEJ do Estado no qual o curso será instalado; d) as diretrizes curriculares do Curso de Direito, já que o parecer nº 55/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), muito criticado pela OAB e pelos professores de Direito, foi descartado, pois o ministro da Educação devolveu a matéria para a análise do CNE, que tem nova composição.

Jornal da OAB - Em relação à precária fiscalização do Ministério da Educação (MEC) sobre o ensino jurídico no país, o que se pode fazer?

Gustavo Santos - A OAB tem exigido do governo federal mais empenho em fiscalizar a qualidade. Havia uma política de expansão descontrolada do ensino jurídico no país. A OAB dava parecer contrário à maioria dos projetos de novos cursos, mas o MEC não seguia o parecer e aprovava praticamente todos. O MEC não levava em conta a demanda social, ou seja, a necessidade de profissionais no local. Agora, quando o protocolo está suspenso no MEC, o ministro determinou que a Secretaria de Ensino Superior (Sesu) leve em conta a realidade do mercado de trabalho local, reconhecendo a procedência das preocupações da OAB e revendo os processos de autorização. Hoje o recebimento de novos projetos de cursos está suspenso por 180 dias.

Universidades e faculdades em Pernambuco

- UFPE – Faculdade de Direito do Recife
- UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
- FADICA – Faculdade de Direito de Caruaru
- FADO – Faculdade de Direito de Olinda (AESO)
- SOPECE – Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino (Pinto Ferreira)
- UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira
- FIR – Faculdades Integradas do Recife
- FACET – Faculdade de Ciências de Timbaúba
- FASNE – Faculdade Salesiana do Nordeste
- IPESU – Instituto Pernambucano de Ensino Superior
- FACOL – Faculdade Escrito Osman da Costa Lins
- FAVIP – Faculdade do Vale do Ipojuca
- FG – Faculdade de Guararapes
- IESO – Instituto de Ensino Superior de Olinda
- FMR – Faculdade Marista
- FMN – Faculdade Maurício de Nassau

Fatos que marcaram o mês

Lançamentos de livros

Sorria, você está na Rocinha



Jornalista Júlio Ludemir

Com narrativa na primeira pessoa do singular, o livro "Sorria, você está na Rocinha", do jornalista, publicitário e tradutor Júlio Ludemir, que visitou a sede da Seccional pernambucana, conta a história de um homossexual negro que se apaixona pelo escritor de um livro. O livro, que tem como pano de fundo a maior favela do país, a Rocinha, com 120 mil moradores, levou mais de um ano para ser feito e não mostra a favela pelo ponto de vista do poder público, lideranças comunitárias ou do tráfico de drogas. O dia a dia da favela é contado pelo ponto de vista dos moradores.

Júlio Ludemir conversou com os moradores e tem gravado mais de 200 horas de fita.

Ele afirma que a imagem criada da Rocinha de lugar perigoso é preconceituosa e daqui a 20 anos seu livro será um referencial da história de uma favela no país.

O primeiro livro escrito por Júlio Ludemir, *No Coração do Comando*, está sendo adaptado para o cinema e o teatro.

Lançamento do livro *Direitos Humanos, Impeachment, na Aeso*. Da esquerda para a direita, o professor André Régis, o vereador Marcelo Santa Cruz, o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, o professor Hebron Cruz, o professor Luciano Mariz Maia e o diretor da ESA, Eduardo Sertório



Lançamento do livro *Direito Eleitoral - Eleições Municipais 2004*, do Advogado Antônio Campos, no Paço Alfândega

Homenagens

Entrega da comenda especial Medalha de Honra ao Mérito 18 de Maio ao secretário municipal de Caruaru e bacharel Braga Sá. Diretores da Seccional de Pernambuco, da Subseção de Caruaru e o homenageado



Comemoração dos 45 anos da Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES). Da esquerda para a direita, presidente da Subseção de Caruaru, Margarida Cardozo, diretora da ASCES, Márcia de Jesus Charret, diretora da OAB-PE, Rosário Vaz, presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, e tesoureiro da OAB-PE, Edmundo de Lacerda.



Júlio Oliveira recebendo a placa comemorativa dos 45 anos da ASCES, da coordenadora do curso de Direito (FADICA) Valesca Vasconcelos

Missa de Santo Ivo

Missa de Santo Ivo, protetor dos advogados, na Igreja Ordem 3ª de São Francisco



Júlio Oliveira, presidente da OAB/PE, Ricardo Correia, vice-presidente, Hélio Mariano Júnior, presidente do TED e Helena Pinheiro Lins



Nair Andrade, presidenta do Clube dos Advogados de Pernambuco

Livraria Editora
RENOVAR

Rua de Janeiro, São Paulo - Recife

Para quem
quer saber
Direito

FILIAL PE: Rua Gervásio Pires, 545
Boa Vista - Recife - PE - CEP 50.050-070
Tel.: (81) 3223-4988 - Fax: (81) 3223-1176
www.editorarenovar.com.br
E-mail: renovar@editorarenovar.com.br
SAC: 0800-221863



A Constituição Europeia

Org. José Ribas Vieira
272 páginas



União Europeia

Ana Paula Tostes
380 páginas



Direito e Justiça no Brasil Colonial

Arno Wehling
696 páginas



O Direito da Empresa

Sergio Campinho
4ª edição - 412 páginas



Temas de Direito Civil

Gustavo Tepedino
3ª edição - 590 páginas



Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social

Silvânia C. Tognatti
194 páginas

Posse

No dia 16 de junho toma posse a nova diretoria da Comissão de Relações Internacionais. O presidente a ser empossado é o advogado Alexandre Gusmão Pinheiro de Araújo; o vice-presidente é o conselheiro Erik Limongi Sial; o secretário, o advogado Donizete Oliveira e Silva. Ainda fazem parte da comissão os seguintes advogados: Sérgio Sanches de Oliveira, Cláudia Maria Domingues Alencar de Barros, Joaquim Moreira da Silva, Adriana Patrícia da Silva Rezende e Cícero Azevedo de Moraes Filho.

IBDM tem nova diretoria

O vice-presidente da Seccional pernambucana da OAB, Ricardo Correia, presidiu no dia 5 de maio a solenidade de posse da nova diretoria do Instituto Brasileiro de Direito Moderno (IBDM), que tem à frente o advogado Ubirajara Emanuel Tavares de Melo e Eden Moraes Vespaziano Borges como presidente do Conselho Deliberativo. Para Correia, a OAB está apenas cumprindo a sua missão de apoiar institutos cuja natureza está voltada não só para o desenvolvimento do Direito, mas principalmente para as questões vinculadas à cidadania, aos direitos humanos, ao direito ambiental e cultural, entre outros. O trabalho desenvolvido pelo IBDM, portanto, merece o reconhecimento da OAB.



Desembargador Valdemir Lins, advogado Augusto Passhaus, presidente empossado no IBDM, Ubirajara Emanuel Tavares de Melo, vice-presidente da OAB-PE, Ricardo Correia e Eden Moraes Vespaziano Borges presidente do Conselho Deliberativo



CAAPE

Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco

Mudança de endereço

A Caaape está atendendo aos advogados na rua Sport Club do Recife, nº 280, 9º andar - salas 901 à 910. Empresarial Albert

Einstein, CEP 50.070-450.

Telefones: (81) 3223-0902 / 2815/2873.

Horário de atendimento: das 8 às 12 e das 14 às 18 horas de segunda a sexta-feira.

Advocacia Pública

Governo federal apresenta projeto de lei e sinaliza aumento salarial

Paralisados desde março, os advogados públicos federais que atuam em Pernambuco seguem com a mobilização nacional reivindicando melhores condições estruturais de trabalho, além da remuneração compatível com o exercício de função essencial à justiça. Hoje os advogados estão em fase de negociação com o governo federal, que apresentou projeto de lei abrangendo toda a Advocacia-Geral da União, o que sinaliza um aumento no vencimento básico da categoria.

Diante da possibilidade de acordo com o governo, apenas algumas carreiras representadas no movimento, como é o caso dos procuradores da Fazenda Nacional, resolveram em plebiscito suspender por 30 dias a mobilização. Mas profissionais como defensores públicos e advogados públicos permanecem paralisados, em todo o país, enquanto aguardam o fim do processo que está em tramitação no Congresso Nacional. "Nossa expectativa é que esses projetos sejam apreciados antes do recesso no Congresso", afirmou Edmundo de Lacerda, diretor-tesoureiro da OAB-PE e procurador da Fazenda.

Preocupada em garantir o direito à greve e a defesa das prerrogativas dos advogados (incluem-se aí os profissionais em estágio probatório), a OAB-PE, através

de seu presidente, Júlio Oliveira, ajuizou ação ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal em Pernambuco, requerendo a antecipação de tutela, a fim de impedir que a União praticasse qualquer ato de punição ou retaliação (como o corte do ponto ou a suspensão dos salários) contra os advogados públicos, em decorrência da adesão ao movimento grevista.

No ano passado, a atuação da Advocacia Pública Federal no Poder Judiciário foi responsável por uma economia de cerca de R\$ 50 bilhões para os cofres públicos; pelo aumento substancial da arrecadação fazendária e previdenciária, além de colaborar no funcionamento dos Juizados Especiais Federais, destinados a atender os mais carentes e a reduzir a sobrecarga de processos na Justiça Federal.

A advocacia pública adquiriu radical constitucional no capítulo IV do título IV da Constituição Federal de 1988, estando contida nas funções essenciais à justiça, juntamente com a Defensoria Pública. Sua missão é fazer valer os princípios que lhe são inerentes: o da moralidade, o da eficiência, o da impessoalidade e particularmente o princípio da legalidade, que é a mais sólida barreira contra as tendências de desvios e distorções dos governantes.

Centenário da pessoa jurídica no Brasil

Os 100 anos da criação da pessoa jurídica e os 15 anos da Associação dos Advogados de Empresas de Pernambuco (Aaepe) foram comemorados pela Aaepe com o seminário *Centenário da pessoa jurídica no Brasil*. Na abertura do evento, a associação concedeu o título de sócio benemérito às empresas e instituições centenárias que ao longo da história vêm contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

A Seção Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil foi homenageada com o Diploma de Sócio Benemérito.

O seminário agradeceu os convidados com a conferência magna *Desconsideração da pessoa jurídica no Direito brasileiro e suas repercussões*, ministrada pelo desembargador Jones Figueiredo. O consultor jurídico Mário Delgado falou sobre *A pessoa jurídica, criação, trajetória e visão pelo Código Civil, 100 anos depois*; Rodrigo Toscano, professor da Universidade da Paraíba, apresentou o tema *A pessoa jurídica vítima de dano moral: hipóteses de responsabilidade civil objetiva imputável à pessoa jurídica*; e, por fim, o tema *Os sócios da pessoa jurídica: principais inovações relativas à participação societária* ficou a cargo do professor Ivanildo Figueiredo.

ESA institucionaliza quadro de profes

Eduardo Sertório
Diretor-geral da ESA-PE

A noite de 26 de maio de 2004 ficará para sempre na memória dos que participaram da sessão ordinária do Conselho Pleno da OAB-PE, sob a presidência de Júlio Oliveira.

Com a presença dos ex-presidentes José Neves, Joaquim Correia de Carvalho Júnior e Jorge Neves, os conselheiros estaduais, a diretoria da ESA-PE e seu ex-diretor-geral Paulo Siqueira receberam os renomados profissionais agraciados com o título de professores e palestrantes honorários da Escola Ruy Antunes da OAB-PE.

A Escola de Advocacia vinha desenvolvendo suas atividades voltadas para o aperfeiçoamento contínuo dos membros da OAB, sempre contando com a participação de ilustres mestres. No entanto, faltava institucionalizar seu quadro de professores, por duas razões. A primeira é decorrência da própria criação da escola. Escola sem quadro de professores não é escola, é departamento cultural. A segunda é decorrência do seu significado. Pernambuco tem um quadro de profissionais que reúne as principais características do patrono da escola. Ética e competência eram marca registrada do advogado e professor Ruy da Costa Antunes, tal e qual ressaltou Gilberto Marques Paulo em sua homenagem a ele.

Ter a certeza de contar com a participação desses profissionais torna-nos possível coordenar os Cadernos da OAB-PE, sonhar com a produção dos núcleos de estudo e realizar os concursos *Everardo Luna*, em Direito Penal, *Moacir Baracho*, em Direito do Trabalho, e *José Paulo Cavalcanti*, em Direito Civil, num futuro bem próximo.

Na mesma noite, o lançamento do livro do professor Mário Delgado sobre os problemas de Direito Intertemporal com o advento do novo Código Civil serviu de exemplo e estímulo a todos os intelectuais pernambucanos, possibilitando à escola da OAB-PE, uma vez mais, cumprir seu papel.



Diretor da ESA Eduardo Sertório



Professor Mário Delgado



Advogado Gilberto Marques Paulo presta homenagem ao professor Ruy Antunes

Professores e palestrantes honoríficos da ESA-PE

Ademar Rigueira Neto A
Machado André Regis de

Lima da Rocha Antônio Ricardo Accioly Campos Aurelio Agostinho da Boaviagem Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes Bruno Ariost
Carlos Gustavo Rodrigues de Matos Carlos Magno Cysneiros Sampaio Carmem Lúcia Antunes Rocha Célio Avelino de Andrade Cláudio
Emmanuel Plácido Oliveira de Moraes Erasmo Valladão Azevedo Novaes França Eudes Dos Prazeres França Fides Angélica Ommati
Gustavo Ferreira Santos Gustavo Henrique de Brito Alves Freire Hélio Mariano da Silva Júnior Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho J
Jones Figueiredo Alves José Antônio Pajeú José Edmundo Barros de Lacerda José Henrique Wanderley Filho José Nelson Vilela Barbosa
Leonardo Carneiro da Cunha Leonardo Santana da Silva Coelho Leopoldo de Arruda Raposo Luis Eduardo Cavalcanti Antunes Luiz C
de Andrade Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos Marcelo Antônio Brandão Lopes Margarida de Oliveira Cantarelli Maria Ant
Marília Montenegro Pessoa Mello Mário Luiz Delgado Regis Marisa Castro Pugliesi Maurício Rands Coelho Barros Mauro Alencar de B
Leão Paulo César Andrade Siqueira Pedro de Albuquerque Malheiros Neto Raimundo Gomes de Barros Renato de Mendonça Canuto
Alves Rosana Grinberg Sérgio Monteiro Cavalcanti Sérgio Sêrvulo da Cunha Silvio Neves Baptista Tertulian

sores e palestrantes



Mesa diretora da Ordem e os ex-presidentes da OAB/PE: José Cavalcanti Neves, Joaquim Correia de Carvalho Júnior e Jorge da Costa Pinto Neves.



Joaquim Correia, ex-presidente da OAB-PE, recebe do vice-presidente da OAB-PE Ricardo Correia, seu filho, o certificado de professor.



João Pinheiro Lins, presidente do IAP, recebe do acadêmico Guilherme Sertório, seu neto, o certificado de professor.

ACONTECEU EM MAIO

- O professor honorário da Escola Ruy Antunes, Leonardo Carneiro da Cunha, detalhou para expressiva platéia as questões pertinentes aos recursos cíveis.
- Sob a presidência da professora Bernadete Pedrosa, Carine Delgado, Eduardo Sertório e Nilzardo Carneiro Leão compuseram a comissão científica da IV Conferência Nacional dos Defensores Públicos, que contou com a participação do presidente Júlio Oliveira e de uma platéia composta por defensores públicos vindos de 22 Estados, além de representantes da Argentina e Paraguai.
- O palestrante honorário da Escola Ruy Antunes, conselheiro estadual e membro do TED, Pedro Malheiros, expôs com maestria o tema *Publicidade e Advocacia*, possibilitando amplo debate com os participantes.
- A Escola Ruy Antunes, a Secretaria de Assuntos Jurídicos da PCR, o Gajop e a Faculdade de Direito da FIR uniram esforços e promoveram o 1º Encontro da Cidadania, com a participação de Pedro Teixeira, presidente da Comissão de Cidadania da OAB-PE, Juliana César, assessora especial da SAJ/PCR, Socorro Albino, psicóloga e professora honorária da ESA-PE, Eduardo Sertório, advogado, Cristina Figueiredo, professora e coordenadora do Núcleo de Cidadania da FIR e Eudes França, magistrado e integrante da Associação dos Juízes pela Democracia.
- Eduardo Pugliesi, diretor-geral adjunto da ESA-PE, representou a OAB-PE no I Encontro Regional de Direitos e Deveres dos Integrantes da Justiça, em Afogados da Ingazeira, defendendo a tese da necessidade da formação contínua do advogado.
- A ESA-PE instituiu seu quadro de professores e palestrantes.
- Por iniciativa do presidente Jorge Lapa, da OAB Carpina, realizou-se a abertura do ciclo de conferências daquela Subseccional, tendo como palestrante Ricardo Soriano, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE.
- O VIII Encontro Itinerante da ESA-PE, realizado em Surubim, sob a presidência de Carlúcia de Souza Barbosa, daquela Subseccional, reuniu inúmeros profissionais do Direito (como o diretor-geral da ESA-PE, Eduardo Sertório), que discutiram temas ligados ao Direito de Família.
- Júlio Oliveira, Angelita Moraes e Léa Araújo receberam mais de cem profissionais, que aplaudiram entusiasmadamente o professor Geraldo Neves, após sua palestra sobre Direito Eleitoral, na Subseção de Paulista.

AGENDA DE JUNHO

- Dia 2, quarta, às 19h na OAB-PE.
Palestra: O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental.
Palestrantes: Cintya Suassuna e Dora Vasconcelos.
- Dia 9, quarta, às 18h, na OAB-PE.
Debate: O papel da Advocacia Pública no Estado democrático de direito.
Palestrante: Edmundo de Lacerda.
- Dia 17, quinta, às 20h, na OAB Vitória de Santo Antão.
IX Encontro Itinerante – Questões de Direito Eleitoral.
Palestrante: Mauro Alencar.
- Dias 21 e 22, às 14h, na ESA-PE.
Curso: Recursos Trabalhistas.
Ministrado por Leonardo Coelho.

Erico Gomes Guerra Alexandre Guedes Alcoforado Assunção Aluísio José de Vasconcelos Xavier Ana Júlia Cavalcanti Ferreira André Luiz Carvalho Andréia Cristianni Firmino de Andrade Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho Antônio Palhares Moreira Reis Antônio Renato Luna de Oliveira Carine Alexandre Delgado Carlos Antônio Alves Monteiro de Araújo Carlos Eduardo Pugliesi Carlos Eduardo Vasconcelos Soares de Oliveira Ferreira Daniel Lima Araújo Djair de Sousa Farias Djalma Alexandre Galindo Eduardo Sertório Eleonora de Souza Luna Vasconcelos de Carvalho Francisco Antônio de Barros e Silva Neto Geraldo Og Niceias Marques Fernandes Gilberto Marques Paulo Umberto Costa Vasconcelos Junior Ivanildo Figueiredo de Andrade de Oliveira Filho João Pinheiro Lins Joaquim Correia de Carvalho Junior José Otávio Patrício de Carvalho José Paulo Cavalcanti Filho José Souto Maior Borges Júlio Alcino de Oliveira Neto Léa Maria de Araújo dos Barros Figueiredo Luiz Mário de Góes Moutinho Luiz Schetinni Filho Manoel Alonso de Castro Jordão Emerenciano Manoel Correia da Costa Pisano Motta Maria Bernardette Neves Pedrosa Maria do Socorro Albino Maria Helena Fernandes Ribeiro Maria Inah Moury Fernandes dos Mickel Sava Nicoloff Milton José Neves Miriam de Sá Pereira Nelson Nogueira Saldanha Nilton Wanderley de Siqueira Nilzardo Carneiro Neto Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira Roberto Magalhães Melo Rodrigo Silva Rosal de Araújo Romualdo Marques Costa Roque de Brito Antônio Pessoa Maranhão Torquato da Silva Castro Júnior Vera Dela Santa Vicente Moreno Filho Zeno Veloso

ÁGUA - Um viés para a cidadania

Rosário Vaz
Diretora da OAB-PE

Nos últimos anos, os países e instituições vêm se articulando com o fito de implementar conceitos e práticas para a melhoria da gestão ambiental, preocupados com a degradação do meio ambiente. O que antes era considerado abundante e ilimitado passou a ser uma preocupação mundial. Em encontros mundiais, o problema vem sendo discutido e acordos firmados. Os países estão promulgando legislações que disciplinam o uso da água, devido à escassez evidente.

O Brasil é reconhecido mundialmente pelo avanço do aparato legal e institucional dos instrumentos relativos à gestão ambiental.

A Constituição Federal de 1988 introduziu um avanço importante em relação à gestão dos recursos hídricos no Brasil, ao considerar a água um bem de domínio público e a representação dos recursos hídricos a partir do confronto de suas características com as funções e os usos que lhes podem ser associados, instituindo assim o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essas medidas foram consolidadas na forma da Lei Federal nº 9.433/97, conhecida como "Lei das Águas", que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e, complementadas por leis estaduais relativas aos recursos hídricos, compõem um arcabouço adequado aos novos conceitos de gestão ambiental e às nossas características federativas e de marcante diversidade social, biótica, econômica, cultural e geográfica.

A Lei nº 9.433/97, fundamentada na CF/88, que diz que a "água é um bem público e limitado", determinou prioridades, tratou das situações de escassez, da gestão de forma descentralizada, da qual participa o Poder Público, os usuários e a comunidade, cujos objetivos são assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água; a utilização racional e integrada dos recursos

hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vista ao desenvolvimento sustentável; e a prevenção e a defesa contra eventos críticos, de origem natural ou decorrentes do uso integrado dos recursos hídricos. As diretrizes de ação de recursos hídricos envolvem a gestão sistemática sem dissociar aspectos de quantidade e qualidade; a adequação necessária às diversidades regionais; a integração com a gestão ambiental; a articulação de planejamento nos diversos níveis; e a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e costeiros.

Nossa convicção é que os instrumentos e os mecanismos de comando e controle estabelecidos na legislação vigente são suficientes para uma satisfatória gestão ambiental e dos recursos hídricos em especial. Porém importante é destacar a ênfase e o equilíbrio com que é tratada a participação cidadã na perspectiva de complementaridade no processo de gestão das águas, em que "cada pessoa em cada momento e lugar busca o melhor modo de cuidar da água".

A lei apenas escrita não produz resultados. É importante a efetiva participação de todos. Assim estaremos exercitando a "ética dos cuidados", proposta por Leonardo Boff, e fortalecendo os valores da fraternidade e da solidariedade, no processo de mobilização social, enquanto a "emoção move a razão organizada".

Com essa convocação, temos certeza de que nós advogados contribuiremos fundamentalmente para a implementação do plano nacional e para o fortalecimento da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, integrando o desenvolvimento sustentável, como garantia de acesso à água em quantidade e qualidade para nós e as gerações futuras.

Congresso de Defensoria Pública



Nelson Nery Costa - presidente da Comissão Nacional dos Advogados Públicos do Conselho Federal



Edmundo de Siqueira Campos - presidente da Associação dos Defensores Públicos/PE

A solenidade de abertura do IV Congresso Nacional de Defensores Públicos foi marcada pelo tom festivo dos discursos, que lembraram as conquistas da categoria com a reforma da Previdência e a iminente reforma do Judiciário. O secretário de Desenvolvimento Social, José Arlindo Soares, que representava o governador de Pernambuco, falou da importância da Defensoria Pública na sociedade, como forma de garantir o direito à cidadania.

A conferência da primeira noite tratou da inclusão social e do Estado democrático de direito e foi proferida pelo conselheiro federal e presidente da Comissão Nacional de Advogados Públicos, Nelson Nery Costa, do Piauí.

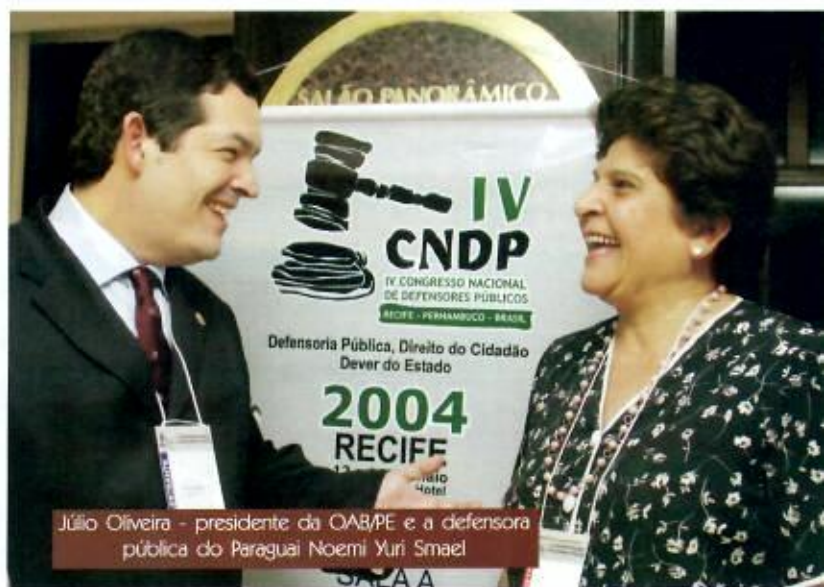
O presidente da Seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, Júlio Oliveira, que recebeu aplausos dos congressistas como agradecimento pelo apoio que a Ordem tem dado à Defensoria Pública, também presidiu um painel, cujo tema foi *Defensoria Pública: radiografia por Estado, dificuldades, reestruturação e a relação com a OAB*. Essa relação, acrescente-se, foi considerada modelo para o resto do país.



Júlio Oliveira - presidente da OAB/PE, Levi Borges - presidente do Sindicato dos Defensores Públicos/PB, Leopoldo Portela Júnior - presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos e Roberto Freitas - defensor público/PI e ex-presidente da Anadep



As defensoras públicas de Afogados da Ingazeira Isabela Cristina, de Pesqueira e do Recife Glória Pontual e a defensora pública geral/PE Maria das Dores Batista Canto de Souza com o presidente da OAB/PE Júlio Oliveira e o vice-presidente Ricardo Correia



Júlio Oliveira - presidente da OAB/PE e a defensora pública do Paraguai Noemi Yuri Smal



Pompeu Cantarelli - presidente da Associação dos Assessores Jurídicos, Roberto Freitas - defensor público/PI, Rosário Vaz - diretora da OAB/PE, Júlio Oliveira - presidente da OAB/PE, Edmundo de Lacerda - diretor da OAB/PE, Nelson Nery Costa - presidente da Comissão Nacional de Advogados Públicos do Conselho Federal e Jorge Neves - ex-presidente da OAB/PE



Garanhuns

Colégio de Presidentes de Garanhuns

Garanhuns: pauta construída democraticamente

Subseccionais



Presidentes das Subseccionais e a Diretoria da Ordem

Uma reunião democrática. Essa seria a definição mais exata do primeiro Colégio de Presidentes das Subseccionais realizado na gestão de Júlio Oliveira. O encontro, que aconteceu em Garanhuns nos dias 7 e 8 de maio, reuniu 21 presidentes das Subseções, membros da diretoria, além de representantes do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), da Escola Ruy Antunes, da Promotoria de Prerrogativas e do Núcleo de Meio Ambien-

te. "O destaque desse colégio foi a forma diferente de construção da pauta. Começamos com uma pauta aberta, sendo os temas discutidos no encontro escolhidos democraticamente com os presentes. Cada presidente expôs as necessidades de cada região e todos juntos debatemos. Esse formato foi pensado exatamente para formar o nosso Plano de Gestão, abrangendo as necessidade de cada região. Por isso a presença do TED, ESA, Pro-

motoria e Núcleo de Meio Ambiente", explanou a secretária adjunta da OAB-PE, Rosário Vaz, ex-coordenadora do Colégio de Presidentes das Subseccionais. O cargo de coordenador, existente para ser o elo entre os presidentes das Subseccionais e a Diretoria, ficou com o presidente da Subseção de Serra Talhada, Jânio Carvalho, eleito por unanimidade no encontro.

"Foi um encontro muito propositivo.

Discutimos principalmente a atuação da Diretoria da Ordem no interior. Outro ponto muito bom foi a definição dos seminários da Escola Ruy Antunes (ESA), que vêm ocorrendo desde o início do ano", relatou Jânio.

Quanto à expansão da Ordem para o interior, o coordenador lembrou que tais ações estão diretamente ligadas à arrecadação. "Os presidentes das Subseccionais saíram do encontro com a missão de convocar os advogados a atualizar as carteiras, a pagar as anuidades em atraso, pois só assim haverá o bom funcionamento da OAB, afinal, para que a Ordem possa chegar efetivamente ao interior, com a Caape e a ESA, se faz necessário o respaldo financeiro, que depende do pagamento das anuidades", ressaltou. Jânio ainda lembrou que tem cidade onde o índice de inadimplência já atinge a casa de 60%.

O encontro deu origem à Carta de Garanhuns, que contempla todos os anseios e expectativas dos advogados em cada região.



Jânio Carvalho



Diretores da Seccional pernambucana e o prefeito de Garanhuns Silvino Duarte



Luiz Jardim presidente Garanhuns



Diretores da OAB-PE, diretores da Subseção de Garanhuns e respectivo Conselho

Vitória de Santo Antão

Mutirão de juizes em Gravatá



Advogados de Gravatá, o presidente da Subseção de Vitória e o presidente do TJPE

O presidente da Subseccional de Vitória de Santo Antão, Washington Amorim, e um grupo de advogados gravataenses foram recebidos em audiência pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o desembargador Macêdo Malta. No encontro, Amorim relatou ao presidente do TJPE a atual situação da Comarca de

Gravatá, que hoje conta apenas com duas varas, com cerca de 10 mil processos cada uma, o que impossibilita uma atuação rápida da Justiça. Em resposta, o presidente do TJPE prometeu enviar em regime de urgência à cidade um grupo de juizes para a realização de um mutirão em prol da agilização na Justiça.

Afogados da Ingazeira

I Encontro de Direito e Deveres dos Integrantes da Justiça em Afogados da Ingazeira, promovido pela OAB/PE, AMEPE e AMPPE

Abertura do seminário



Presidentes da Seccional pernambucana e das Subseccionais do sertão com o desembargador Fausto Freitas e a prefeita de Afogados, Giza Simões

Da esquerda para a direita, desembargador Bartolomeu Bueno, juíza Daniela Rocha Gomes, presidente da Subsecção de Afogados, Gilberto Costa, diretor-adjunto da ESA, Eduardo Pugliesi, e diretor da ESA, Eduardo Sertório



Os presidentes da OAB-PE, Júlio Oliveira, da Amppe, Valdir Barbosa Júnior, e da Amepe, Mozart Valadares



Secretária-adjunta da OAB/PE Rosário Vaz na plenária de encerramento do encontro

RELAÇÃO DO CONSELHO OAB/PE TRIÊNIO 2004/2006

DIRETORIA

Presidente: Jélio Alcino de Oliveira Neto
Vice-Presidente: Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho
Secretário-Geral: Tarciano Domingues da Silva
Secretária-Geral Adjunta: Maria do Rosário de Fátima Vaz Rodrigues
Diretor-Tesoureiro: José Edmundo Barros de Lacerda

CONSELHO SECCIONAL

Adonias dos Santos Costa
Anastácia de Alcântara Brito
Djair de Souza Farias
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros
Erik Limongi Sial
Everardo Ribeiro Gueiros Filho
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Clóris Maria Fornal de Moraes Oliveira
Gustavo Ferreira Santos
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Gustavo Matos
Hélio Gurgel Cavalcanti
Hélio Mariano da Silva Júnior
João Pinheiro Lins
José Alberto de Lima Filho
José Martins de Melo
José Nelson Vilela Barbosa Filho
Mércio Murilo de Siqueira Barbosa
Nely Moraes Pinheiro
Paulo César de Andrade Siqueira
Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira
Rodrigo Pellegrino de Azevedo
Sílvia Neves Baptista Filho
Virginia Augusta Pimentel Rodrigues
Waldomiro Santos Evangelista
Alma Neres da Silva
Edvaldo Santana da Silva
Eliane Maranhão Barbosa
Francisco José de Araújo Gonçalves
José Duarte Aguiar
José Milton Monteiro de Figueiredo
Lucia Helena Pinheiro Lins
Manoel Luciano Silva de Lima
Marinaldo José Peixoto
Marly Regalado da Silva
Oswaldo Naves Vieira Júnior
Othoniel Furtado Gueiros Neto
Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Renato Santos Pinheiro Filho
Walter Giuseppe Alcântara Marzi

MEMBROS HONORÁRIOS

José Cavalcanti Neves
Joaquim Correia de Carvalho Junior
Octávio de Oliveira Lobo
Dominy de Sá Barreto Sampaio
Fernando de Vasconcelos Coelho
Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Ademar Riquiera Neto

CONSELHO FEDERAL

Ademar Riquiera Neto
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Cláudio Soares de Oliveira Ferreira
Célio Avelino de Andrade
Ulisses Emanuel Tavares de Melo

CAAPE

Presidente: Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias
Vice-Presidente: Tadeu Sívio Souza de Lira
Secretário-Geral: Altair Coelho de Araújo Filho
Secretário-Geral Adjunto: Alexandre Gusmão Pinheiro de Araújo
Diretor-Tesoureiro: Hermes Bezerra de Brito

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUYDA COSTA ANTUNES

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Diretor-Secretário: Carlos Eduardo Pugliesi
Diretora-Cultural: Carine Delgado
Diretora de Comunicação: Inah Moury Fernandes
Diretor-Tesoureiro: Flares de Carvalho

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Presidente: Hélio Mariano da Silva Júnior
Secretário-Geral: Djair de Souza Farias
Membro Julgador: Francisco José de Araújo Gonçalves
Membro Julgador: Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Membro Julgador: Sílvia Neves Baptista Filho

OAB-PE - Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 - Sto. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424-1012

RELAÇÃO DAS SUBSECCIONAIS

Afogados da Ingazeira (87) 3838-1190
Presidente: Gilberto Costa (87) 9938-4140
Araripina (87) 3873-0457
Presidente: Éris Freire (87) 9995-2196
Arcoverde (87) 3821-0457
Presidente: Augusto Teixeira (87) 9991-1974
Barreiros (81) 3675-1251
Presidente: José Antônio de Araújo (81) 9986-1139
Belo Jardim (81) 3726-2283
Presidente: Gilvandro Estrela (81) 9981-4960
Cabo de Santo Agostinho (81) 3524-1331 / 3521-9042
Presidente: Geny Pereira (81) 8801-3125
Carpina (81) 3621-0234
Presidente: Jorge Lapa (81) 9282-6034 // 99540502
Caruaru (81) 3721-0459
Presidente: Margarida Cardoso (81) 9981-1480
Garanhuns (87) 3761-1478
Presidente: Luiz Jardim (87) 9988-3721
Goiana (81) 3626-0805
Presidente: Cândido Ferreira (81) 9112-6130
Jaboatão dos Guararapes (81) 3461-9987
Presidente: Fernando Araújo (81) 8801-9576
Limoeiro (81) 3628-1002
Presidente: Geraldo Guerra (81) 3628-1002

Olinda
Presidente: Clóvis Bastos (81) 9974-7676
Palmares (81) 3662-2180
Presidente: Dora Melo (81) 91091781
Paulista (81) 3433-0825
Presidente: Angelita Moraes (81) 9977-2951
Pesqueira (87) 3835-3011
Presidente: Helder Valença (87) 9115-7435
Petrolândia (87) 3851-1168
Presidente: José Dantas (87) 99388183
Petrolina (87) 3861-2400
Presidente: Wagner Mororó (87) 999-1893
Salgueiro (87) 3871-0516
Presidente: Péricles Soares (87) 9995-4321
Santa Cruz do Capibaribe (81) 3731-4518
Presidente: Roberto Soares (81) 9915-6802
Serra Talhada (87) 3831-2333
Presidente: Jânio Carvalho (87) 9991-1728
Surubim (81) 3634-1798 // 3634-4885
Presidente: Carlúcia Lapenda (81) 91127457
Timbóba (81) 3631-0181
Presidente: Josefa Fulgêncio (81) 9623-0496
Vitória de Santo Antão (81) 3526-5008
Presidente: Washington Amorim (81) 9971-4738

Horário do micro-ônibus

OAB/PE	10h	JUSTIÇA DO TRABALHO
JUSTIÇA DO TRABALHO	10h30	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR JUSTIÇA DO TRABALHO)	12h	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	12h30	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	13h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h	OAB/PE
OAB/PE	14h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	15h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h	OAB/PE
OAB/PE	16h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	17h40	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	18h	OAB/PE

Linha Norte (Recife/Olinda/Paulista)

OAB/PE	10h	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	10h40	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	12h	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	12h30	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	13h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	14h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	14h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	14h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	15h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	16h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	16h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	16h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	17h40	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	18h	OAB/PE